

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARIRI/SP

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AOS PRECEITOS LEGAIS

CONSIDERANDO que o **MINISTÉRIO PÚBLICO** instaurou inquérito civil a fim de acompanhar a transparência e acesso à informação de dados públicos a respeito dos gastos públicos atinentes à requisição administrativa na Santa Casa de Misericórdia de Bariri-SP, bem como gastos específicos para o combate ao COVID-19.

CONSIDERANDO, ainda, que também foi instaurado inquérito civil para acompanhar a intervenção sob a ótica da saúde pública, a fim de velar pelo adequado atendimento à população abrangida pela microrregião dos municípios de Bariri, Boraceia e Itaju, especialmente pelos iminentes riscos de cessação da intervenção.

CONSIDERANDO, finalmente, que durante apurações, houve expedição de recomendação e a administração pública sinalizou pela intenção de assumir compromisso de ajuste de conduta aos ditames legais.

CONSIDERANDO que no dia 21 de maio de 2021, houve reunião e debates de cláusulas para o compromisso de ajustamento de conduta, que irá propiciar novos parâmetros de atuação, onde será possível velar pela saúde e, também, pela correta aplicação do dinheiro público, proporcionando maior segurança para toda população.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, representado pelas 1ª e 2ª Promotoria de Justiça de Bariri, e

O MUNICÍPIO DE BARIRI, pessoa jurídica de Direito Público interno, portadora do CNPJ/MF 46.181.376/0001-40, com sede a Rua Francisco Munhoz Cegarra

nº 126, Centro, Bariri-SP, CEP 17.250.000, representado por seu Prefeito Municipal Senhor **ABELARDO MAURÍCIO MARTINS SIMÕES FILHO**,

O **MUNICÍPIO DE ITAJU**, pessoa jurídica de Direito Público interno, portadora do CNPJ/MF 44.496.313\0001-58, com sede a Rua João Batista Modolo, nº 248, Centro, CEP 17.260.000, representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JERRI DE SOUZA NEIVA** e

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI, CNPJ nº 44.690.238/0001-61, portadora do CNPJ 44.690.238/0001-61, com sede à Avenida Cel Antônio José de Carvalho nº 409, Centro, Bariri-SP, CEP 17.250.000, representado por seu interventor Senhor **MOZART MARCIANO**.

Celebram o seguinte termo de ajustamento de conduta:

I - CLÁUSULAS:

- a) O Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam em plena observância à sentença proferida nos autos nº 1000273-43.2018.0.26.0062, que confirmou as decisões liminares proferidas às fls. 87\94 e 104\105 dos mencionados autos, para manutenção no PRONTO SOCORRO de plantão médico físico 24h, com a presença física de, ao menos, 02 (dois) médicos plantonistas no período diurno, e 01 (um) durante a noite, inclusive finais de semana e feriados, sendo que os médicos em plantão à distância (sobreaviso) deverão estar em plenas condições de atendimento pronto e pessoal quando acionados, devendo comparecer à Unidade Hospitalar em, no máximo, 30 (trinta) minutos após acionados, cujo horário de acionamento deverá constar no respectivo prontuário médico, nos casos de média\baixa complexidade, e para casos de alta complexidade devem comparecer em no máximo 15 minutos, sem prejuízo da presença física dos demais médicos indispensáveis para atendimento no hospital, notadamente na área intermediária sem intensiva;
- b) O Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam na implementação de ponto eletrônico aos trabalhadores e médicos celetistas ou plantonistas da Santa Casa de Misericórdia de Bariri, em cumprimento à sentença

proferida nos autos nº 1000273-43.2018.0.26.0062, que confirmou as decisões liminares proferidas às fls. 87\94 e 104\105 dos mencionados autos;

- c) Considerando que Bariri é Município Sede do Módulo Assistencial, deverá observar todos os serviços contratualizados pela PPI (Programação Pactuada Integrada), notadamente as cirurgias eletivas pactuadas, a fim de se evitar a sobrecarga dos demais hospitais de referência para a região, ressalvadas a impossibilidade técnicas devidamente registradas em relatório específico elaborado em mídia eletrônica que permita a imediata disponibilidade sempre que requisitados (24h de antecedência), pelos agentes fiscalizadores municipais, estaduais e federais regularmente constituídos, Ministério Público e do Conselho Municipal de Saúde, entre outros (exemplo: Suspensão de metas e serviços em decorrência de pandemia, reformas de centro cirúrgico, trabalhos de desinfecção de ambientes hospitalares, falta ou conserto de equipamentos, etc);
- d) O Município de Bariri, por intermédio de sua Diretoria de Saúde, deverá fiscalizar permanentemente o cumprimento do Plano Operativo Anual firmado com a Santa Casa de Misericórdia de Bariri e exercer sua autotutela em caso de descumprimento dos serviços contratados mediante convênio;
- e) Em caso de cessação da intervenção (requisição administrativa) pelo Município de Bariri na Santa Casa de Misericórdia de Bariri e, na impossibilidade de atendimento pelo Hospital local, o Município de Bariri deverá comunicar com a máxima antecedência a DRS VI (Departamento Regional de Saúde – Bauru) para realização de nova repactuação dos serviços incluídos na PPI vigente, a fim de não desatender a população integrante da microrregião (Bariri, Itaju e Boraceia). Ainda, os Municípios de Bariri e Itaju deverão manter os serviços de urgência e emergência, seja com prestação direta ou indireta, inclusive sob pena de responsabilidade civil e criminal dos administradores públicos em casos de danos pessoais;
- f) Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam a, pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, respeitar os princípios da administração pública quanto aos procedimentos de contratação e aquisição de bens e serviços, e preferencialmente promover regular procedimento licitatório, excetuadas as

hipóteses constitucionais e legais de dispensa e inexigibilidade, observando os preceitos estabelecidos no Acórdão proferido nos autos nº 3003669-95.2013.8.26.0279 do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, em situação idêntica ao caso em tela. Ainda, a Santa Casa deverá estabelecer rotina administrativa, fluxograma e arquivos dos procedimentos, mesmo os mais simplificados, das aquisições, em mídia eletrônica que permita a imediata disponibilidade sempre que requisitados (24h de antecedência), pelos agentes fiscalizadores municipais, estaduais e federais regularmente constituídos, Ministério Público, Tribunal de Contas, Conselho Municipal da Saúde, entre outros. Mesmo os procedimentos mais simplificados deverão respeitar a multiplicidade de ofertas (ao menos 03 orçamentos), sendo que eventual ressalva à regra deverá ser justificada em relatório assinado pelo responsável administrativo e/ou pelo interventor/gestor. Decorrido o prazo de 06 meses para as adaptações, nos moldes acima mencionados, deverá ser observada exclusivamente a necessidade de licitação, ressalvadas as exceções legais e constitucionais.

- g) No prazo de 30 (trinta) dias o Município de Bariri e a Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam a, durante a aplicação de TODO E QUALQUER recurso público, inclusive para o enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus, concederem plena publicidade a todas as contratações e/ou aquisições realizadas, disponibilizando, em portal de transparência na rede mundial de computadores (internet), além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o nome do contratado, o número de sua inscrição na Secretaria da Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou contratação, além das seguintes informações: I – o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato; II – a discriminação do bem adquirido ou do serviço contratado e o local de entrega ou de prestação; III – o valor global do contrato, as parcelas do objeto, os montantes pagos e o saldo disponível ou bloqueado, caso exista; IV – as informações sobre eventuais aditivos contratuais; V – a quantidade entregue em cada unidade da Federação durante a execução do contrato, nas contratações de bens e serviços; VI - as atas de registros de preços das quais a contratação se origine;

- h) Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam a observarem a necessidade de transparência para pagamento de TODOS os prestadores de serviço da entidade;
- i) Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam a observar a necessidade de realização de processo seletivo para contratação de pessoal, mesmo que simplificado, a fim de garantir maior lisura e impessoalidade nas contratações. Sobre tal ponto, excetuam-se às contratações de médicos e profissionais da saúde devidamente justificadas em relatório técnico registrado e arquivado na entidade conforme itens c e f;
- j) Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam a criar órgão e/ou comissão de controle interno no âmbito da intervenção, a fim de garantir a regularidade dos trabalhos, garantindo-se participação democrática dos poderes legislativos, executivo e sociedade civil;
- k) Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam a disponibilizar escalas médicas presencias e de retaguarda atualizadas em portal próprio e acessível pela rede mundial de computadores (internet) para toda população;
- l) Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri reconhecem que antes de qualquer entrega de espaços hospitalares a empreendimentos privados devem, previamente, demonstrarem atendimento digno e satisfatório aos pacientes do sistema público. Outrossim, devem observar a necessidade de formalização de procedimento próprio, com indicação de reais lucros para entidade, com valores expressamente contabilizados, bem como agirem com impessoalidade na cessão. Casos preexistentes ao presente serão tratados em separado.
- m) Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam a não disponibilizar serviços e materiais para fins de empreendimentos privados antes da contratualização formal prevendo a contraprestação a ser recebida pela

entidade, ressalvando todo e qualquer atendimento de urgência e emergência. Casos preexistentes ao presente serão tratados em separado.

- n) Município de Bariri e Santa Casa de Misericórdia de Bariri se obrigam a criar procedimento operacional padrão para cada departamento da entidade, tais como enfermagem, nutrição, área médica, farmácia, financeiro entre outros, cujo cronograma de implementação será apresentado em 30 dias.
- o) Município de Bariri se obriga a disponibilizar ambulância 24h à Santa Casa de Misericórdia de Bariri, com respectivo motorista, no prazo de 30 dias, para fins de remoção de pacientes.
- p) Município de Bariri e Santa Casa de Bariri se obrigam a priorizar pagamento de direitos trabalhistas de funcionários da Santa Casa, inclusive para continuidade dos atendimentos de forma satisfatória.

II - PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO:

- 1) O não cumprimento de qualquer das obrigações previstas nas cláusulas do presente termo de ajustamento de conduta sujeitará o Município de Bariri e/ou Santa Casa, além do Município de Itaju na obrigação por ele assumida, a pagar multa diária de 10.000,00 (dez mil reais) por obrigação assumida e não cumprida, até que a(s) respectiva(s) obrigação(ões) descumprida(s) seja(m) integralmente adimplida(s), cujo valor será recolhido, nos termos do artigo 13 da Lei nº 7.347/1985, ao Fundo Estadual para Reparação dos Interesses Difusos e Coletivos, criado pelo Decreto Estadual nº 27.070, de 08/06/1987, sem prejuízo de se postular a execução específica.
- 2) O descumprimento acarretará demonstração de dolo/culpa para ajuizamento de ação por cometimento de atos de improbidade administrativa;
- 3) O descumprimento que cause dano pessoal a qualquer pessoa será passível de apuração de responsabilidade civil e criminal;

III - DISPOSIÇÕES FINAIS:

A concessão de prazo complementar para o cumprimento das obrigações ajustadas não implicará na renúncia da exigibilidade da multa prevista;

A fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado será feita pelo órgão que vier a ser indicado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**. Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão competente, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais ou regulamentares;

O presente termo de ajustamento de conduta, após a homologação pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, consoante dispõe o artigo 9º, §3º, da Lei nº 7.347/1985, terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, §6º, da Lei nº 7.347/1985, combinado com o artigo 784, inciso XII, do Novo Código de Processo Civil.

As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no foro desta Comarca.

Por ser o presente termo de ajustamento de conduta a fiel expressão do pactuado entre as partes, vai devidamente assinado pelos representantes do **MINISTÉRIO PÚBLICO, MUNICÍPIO DE BARIRI, MUNICÍPIO DE ITAJU e IRMANDADE DE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI** observados os termos da Lei nº 7.347/1985 e demais dispositivos da legislação pertinente.

Bariri, 24 de maio de 2021.

NELSON APARECIDO
FEBRAIO
JUNIOR:39469946871

Assinado de forma digital por
NELSON APARECIDO FEBRAIO
JUNIOR:39469946871
Dados: 2021.05.24 17:04:40
-03'00'

NELSON APARECIDO FEBRAIO JUNIOR
Promotor de Justiça
(Acumulando)

GABRIELA SILVA
GONCALVES
SALVADOR:36875596881

Assinado de forma digital por
GABRIELA SILVA GONCALVES
SALVADOR:36875596881
Dados: 2021.05.24 16:55:26
-03'00'

GABRIELA SILVA GONÇALVES SALVADOR

2ª Promotora de Justiça de Bariri

ABELARDO MAURÍCIO MARTINS SIMÕES FILHO

Prefeito Municipal de Bariri

JERRI DE SOUZA NEIVA

Prefeito Municipal de Itaju

MOZART MARCIANO

Interventor da Irmandade da Santa Casa de Bariri

MARINA PREARO

Diretora Municipal de Saúde

Testemunhas:

HOMERO JOSÉ OREFICE
Oficial de Promotoria

NATÁLIA REGIANE SISTO
Servidora Pública Municipal
RG 409.972.320